



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
“Casa de Epitácio Pessoa”

Comissão de Orçamento, Fiscalização, Tributação e Transparência.

ATA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO, FISCALIZAÇÃO, TRIBUTAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DE ORÇAMENTO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, PARA DISCUTIR SOBRE A REFORMA TRIBUTÁRIA NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA “CADA DE EPITÁCIO PESSOA”, REALIZADA NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2023.

Às dez horas e quinze minutos do dia quinze de setembro de dois mil e vinte e três, no Plenário “Deputado José Mariz”, realizou-se a Audiência Pública, para Discutir sobre Reforma Tributária na Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, sob a presidência do Deputado André Gadelha. Sobre a proteção de Deus e em nome do povo paraibano, o Senhor Presidente da Sessão declarou abertos os trabalhos e convidou para compor a Mesa o Deputado George Moraes; o Deputado Nilson Lacerda; Dr. Renato Gadelha, Ex. Deputado Estadual; Senador Efraim Moraes, Coordenador do GT sobre a Reforma Tributária; Sr. Bruno Frade, Secretário Executivo da Receita; Sr. George Coelho, Presidente da FAMUP; Sr. Wagner Lira, Presidente do SINDIFISCO; Sr. Felipe Crisanto, Representante da Comissão Nacional de Direito Tributário da OAB; Vereador Cacá Gadelha; Sr. Leonardo Gadelha (virtualmente). Logo depois se fez um minuto de silêncio em homenagem às vítimas da Covid-19 e, em seguida, dispensada





a execução do Hino Nacional, o Deputado George Morais, secretariando os trabalhos, fez a leitura do expediente em mesa, da justificativa de ausência da Deputada Daniele do Vale e saudou as presenças da Sr. Rosiane Cruz, Membro da Comissão Tributária da OAB Paraíba; Sra. Videnise Batista Diniz; Sr. Eduardo Oliveira, Auditor Fiscal da Secretaria de Fazenda do Estado; Sr. Cícero Bernardo, Presidente da Associação dos Supermercados da Paraíba, Representando Farol Empreendimentos; Sr. Kleber Brandão, Representando a Lacerda Santana Advogados; Sr. Edmundo Barbosa, Presidente do Sindalcool; Sr. Washington Lacerda, Representando Farol da Paraíba e Lacerda Advogados; Sr. Severino Cabral Neto, Vice-presidente da Associação Comercial da Paraíba; Sr. Adeilton Pereira; Sr Jackson Silva, Superintendente dos Correios da Paraíba; Sra. Iana Abrantes, Diretora Secretaria do Farol Desenvolvimento; Sra. Taciana Azevedo, Procuradora do Município João Pessoa; Sr Nivaldo Vilar, Presidente da CDL João Pessoa; Sr. Felipe Gadelha, Secretário de Finanças de Campina Grande; Sra. Emanuelle da Silva Dutra, Representando a Comissão de Direito Tributário da OAB; Sr Felipe Oscar, Diretor da Associação Comercial da Paraíba; Sr Fernando Neto, Presidente do União Brasil Cidade de Cubati; Sr Vitor Hugo Nascimento, Central Intersindical da Paraíba; Sr Thiago Liotti Representando o escritório Dantas Nóbrega e Liotti Advogados; Sr Lauro Lima Diretor Jurídico; Sr. Cláudio Roberto Diniz, Auditor do Superior Tribunal de Justiça e Exportação da Paraíba; Sra. Tainá Fernandes, Diretora Internacional da Federação das Indústrias; Sr. João Machado, Advogado representando o escritório Dantas e Nóbrega; Sr. Gustavo Felipe Lima, membro do PN; Sr Pedro Albuquerque Superintendente da OCB Paraíba; Sr André Pancelli, Presidente da OCB Paraíba; Sr Rodrigo Mendes por Deus, advogado, Representando Lacerda Santana advogados; Sr Flávio Araújo; Sra. Flaviana Gadelha; Sr. Igor Martins, Representando Lacerda Santana advogados; Sra. Tatiana Amaral, Diretora de Relações Institucionais da Associação Comercial da Paraíba. Na sequência o Deputado André Gadelha foi à Tribuna para fazer a justificativa da presente sessão. Com a palavra fez as saudações de praxe, pontuou sobre a importância do momento vivido no Brasil pelas diversas mudanças e que a Paraíba não podia estar omissa diante do quadro. Ressaltou que o texto da Reforma devia oferecer aos Brasileiros e aos nordestinos, uma divisão financeira mais equitativa para buscar melhorias.



Diante disso, esboçou que reforma tributária era mais que alíquotas, pois envolvia melhor qualidade de vida além de aumento do poder aquisitivo. Ressaltou ainda que observava mais pontos negativos do que positivos, pelas desvantagens de ter menos Deputados nordestinos na Câmara Federal o que levava mais benefícios ao sul do país, trazendo prejuízo aos municípios. Finalizando, disse que esperava modificação do texto no Senado Federal ao qual chamou a responsabilidade para a Paraíba por sua representação para elaboração de um documento forte para tirar algo de positivo para os nordestinos. Logo em seguida foi passada a palavra ao Senador Efraim Moraes Filho que após as saudações habituais, ressaltou a importância dos presentes para que as contribuições dos que produzem na Paraíba e em todos os lugares seja ouvida. Fez menção às palavras do orador anterior, sobre o alerta feito pelo Deputado Adriano Galdino a respeito do PAC e enfatizou que a Paraíba tem tido vez e representação no Senado. Falou que a reforma tributária era uma mudança de cultura e que o atual modelo estava ultrapassado e que prejudicava o desenvolvimento do país e os que produziam. Nesse ínterim, explicou sobre os modelos de cobrança de impostos e novos modelos tributários que levariam a menos burocracia e mais eficiência. Externou ainda a necessidade de aliar agro, indústria e comércio. Dando seguimento, fez exposição de slides, sob o tema, que expuseram: as principais mudanças; unificação tributária; alíquotas e redução das mesmas; alíquotas específicas; regime tributários específicos; avanços; apresentação de emenda à reforma tributária no Senado e defesa do teto para alíquotas de impostos; pontos de discussão. Finalizando, declarou que não votava em reforma tributária para aumentar imposto, pois já se pagava imposto demais e que a reforma não devia ser feita para o governo, mas sim para o cidadão e para quem produzia. O deputado André Gadelha convidou o presidente da FAMUP, o Dr. George Coelho, para assumir a tribuna. O orador declarou que a Reforma Tributária precisa ser justa com o menor ente, que no caso, são os municípios. Relatou que é importante a diminuição dos impostos àqueles que produzem pelo país, mas que também precisam contemplar os direitos municipalistas. Referiu-se à importância de tal debate. Pronunciou que, quando se pagam menos impostos, o poder público fica mais limitado em seus serviços e serão cobrados por isso. Relatou, portanto, que é necessário realizar uma mudança que seja justa para todos. O senador Efraim Moraes



declarou que é importante ainda abordar sobre o período de transição, o qual será de 2027 a 2032, a fim de que essa reforma seja implantada de forma gradativa e não de forma impactante. O secretário deputado George Morais justificou a ausência do senador Veneziano Vital. Registrou a presença do Dr. Mário Borba, presidente da Federação da Agricultura; do Dr. Henrique Barros, gerente de gestão da Codevasf; do senhor Lucas Sales, publicitário e representante do farol do Cabo Branco; do senhor Chico Nunes, presidente do farol do Cabo Branco; e a Conselheira Federal da OAB, a Dra. Marina Gadelha. Em seguida, o Dr. Taciano Azevedo, procurador do município de João Pessoa, subiu à tribuna. O orador referiu-se à uma política tributária em João Pessoa que se chama Polo Extremotec. Preocupou-se que, com a reforma, os municípios fiquem impossibilitados de realizarem tal política tributária, a fim de realizarem desenvolvimento para estes municípios. Sugeriu para que fosse realizado um melhoramento no Conselho Federativo. Relatou ainda, que os municípios precisam ser incorporados no Fundo de desenvolvimento regional e no Fundo de benefícios tributários. Em seguida, Bruno Frade, Secretário Executivo da Receita, proferiu que tal discussão já é feita há mais de 4 décadas. Declarou que se entristece quando algumas organizações apenas criticam a reforma. Relatou que é necessária tal reforma, a fim de aumentar a transparência. Referiu-se ao Conselho Federativo, o qual é um desses pontos que precisam ser modificados. Declarou que outro ponto é a respeito do modelo de cashback, o qual desequilibra as unidades federativas, a fim de adequá-la à realidade de cada unidade federativa. Referiu-se ainda, ao imposto seletivo, para que o mesmo ficasse sob responsabilidade dos estados. Declarou que tal reforma passará por um período de transição, o qual será possível realizar uma calibragem da carga tributária. Relatou ainda, que o free rider é fundamental nesse processo. Pronunciou que a transição federativa será de 50 anos, e durante esse tempo toda a arrecadação do imposto vai para um montante, o qual será distribuído entre as unidades federativas de acordo com a participação da arrecadação. Relatou que isso poderá desestimular o investimento nas administrações tributárias e, portanto, solicitou ao Senado a possibilidade de diminuição do período da transição federativa. Declarou ainda, que o critério de rateio durante esse período prejudica, principalmente, a Paraíba. Solicitou ainda para que fosse utilizado 2019 como o ano de referência para a distribuição da arrecadação,



visto que a partir de 2020 teve a pandemia e suas consequências. Finalizou prestando disposição para debater tais temas importantes. O senador Efraim Moraes proferiu que quem quiser contribuir com mais conteúdo para debate, poderá fazê-lo através de e-mail. O deputado André Gadelha proferiu, ainda, que a Presidência estará aberta para receber mais contribuições para o debate. O presidente da Casa, deputado Adriano Galdino, após os cumprimentos de praxe, relatou que a região Nordeste tem perdido muitos investimentos. Relatou que a causa é devida a pouca representação no Congresso Nacional. Declarou que, dessa forma, o valor arrecadado dessa região tem sido investido no Sul e Sudeste. Pronunciou que o Rio Grande do Norte possui uma grande quantidade de energia eólica, mas que não consegue ser utilizada. Explanou que tal situação é devido à linha de transmissão ter sido construída na região Sul e não na região Nordeste. Referiu-se à discrepância de investimentos entre o Nordeste e as regiões do Sul e Sudeste. Declarou que, espera uma mudança de tal situação na Reforma Tributária, porém a mesma continua desfavorecendo o Nordeste no que tange ao Conselho Federativo, visto que irá beneficiar as regiões mais populosas, no caso, Sul e Sudeste. Relatou ainda, que outro ponto prejudicial é a transferência do Fundo de Desenvolvimento Regional o qual era destinado para o Nordeste e situações de calamidade pública, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, a fim de que tal verba seja dividida com as regiões Sul e Sudeste. Relatou que as regiões Sul e Sudeste devem uma dívida grande com o Nordeste, e que o mesmo tem se tornado mais forte e resiliente com tantas dificuldades já enfrentadas. Proferiu que tal realidade precisa ser modificada e mais justa. Declarou que precisam se unir junto aos seus representantes e deixar claro sobre o crédito que o Nordeste precisa receber do governo federal, a fim de conseguir uma distribuição mais justa. Parabenizou o deputado André Gadelha pela iniciativa. Ato contínuo, o deputado Leonardo Gadelha, após os cumprimentos de praxe, referiu-se ao Conselho Federativo. Relatou que tal conselho assemelha-se à chamada Guerra Fiscal, a qual na prática, não beneficiaria a região Nordeste. Declarou sobre a importância da abordagem de tais aspectos e para que o senador Efraim levar essa discussão a nível de Senado, a fim de que não seja replicado tal modelo. Proferiu que a Reforma Tributária é necessária para atualizar um modelo já ultrapassado. Declarou que a



diminuição da arrecadação é algo benéfico, segundo estudos. Referiu-se à regressividade do imposto, a qual terá um caráter pedagógico. Declarou que reforma trará um sistema inteligível, pedagogicamente atrativo a investimentos estrangeiros. Proferiu que precisam atentar-se à tal centralização de poder tributário, a fim de criar um meio mais justo para todos. Finalizou agradecendo pela excelência do debate. Próximo orador, senhor Igor Martins, representando o grupo Farol Econômico do Desenvolvimento, cumprimenta a todos na pessoa do deputado Andre Gadelha e do Presidente Adriano Galdino e proferiu que está aqui hoje com o objetivo de entregar um conjunto de proposições que considera necessárias para que a reforma tributária seja justa para todos os entes afetados. Declarou que o documento tem 11 proposições, mas irá falar sobre as duas que considera mais importante. A primeira propositura trata dos conflitos interpretativos que podem ocorrer no âmbito da IBS e CBS, já que eles serão movidos por uma única lei complementar, mas regidos por órgãos diferentes, gerando uma insegurança jurídica e um aumento excessivo contencioso judicial. Dito isso, o orador propõe a supressão de uma das competências ou, alternativamente, uma câmara de solução de divergência. Propõe também que o texto seja simplificado para que não seja papel do contribuinte, se sim do Fisco, fiscalizar o pagamento de impostos do prestador, usando o texto da PEC 46 de 2022. Outra questão é a necessidade da supressão da contribuição estadual, que é um pleito recorrente do setor empresarial, mas diante do pouco tempo o orador preferiu deixar que o documento explicasse o mérito da proposta. O senador Efraim agradece e sugere que seja feito o registro da entrega do documento. O que é acatado pela presidência da Mesa. Em seguida, o deputado George Morais com a palavra, agradece a presença de todos. Vê com alegria a pluralidade de representações e agradece especialmente a presença do Presidente da Casa de Epitácio Pessoa. Saúda o colega Efraim Morais e profere palavras elogiosas ao conterrâneo que comanda esse processo na Câmara Federal. Discursa que tem muitos pontos de convergência na Reforma Tributária e que ela precisa se amparar na simplificação, desburocratização e facilitação. Afirmou que é preciso conduzir a Reforma da ótica de quem paga e não de quem arrecada. Ademais, uma distribuição mais justa entre os entes federativos, com transparência e credibilidade. Afirmou que a apresentação técnica é o ponto



central que deve ser levada a debate, e a partir disso, entra a parte política para fazer que esses ingredientes sejam equilibrados no debate. Planalto Central. Finda afirmando que essas distorções e desigualdades serão corrigidas, graças ao nosso Senador, e que confia na competência de seu amigo Efraim Morais. O Senador Efrain agradece e faz um adendo afirmando que a falta de representatividade do norte e nordeste não precisa ser uma preocupação para nosso Presidente Adriano Galdino, pois está trabalhando e tem certeza que nada será aprovado se não for justo para o Nordeste. Discorre que essa é uma preocupação que está sempre em seu radar e no da sua equipe. Citou números de investimentos do BNDS que provam que, atualmente, os aportes não são feitos de forma justa para as regiões e trabalha que essa Reforma corrija essas imperfeições. Logo depois, a senhora Tatiana Amaral, diretora de relações institucionais da Associação Comercial da Paraíba, parabeniza o senador pela dedicação ímpar, afirma que poucas vezes viu tamanho empenho em resolver uma questão como vê agora e faz uma explanação do seu papel e das instituições que representa. Profere que os deputados e senadores são hoje os nossos advogados, e que o povo e os empresários estão aqui na posição de quem paga caro, enquanto o governo está na posição de quem recebe muito para fazer uma gestão ruim desse recurso. Fez críticas ao Governo Federal e ao Consorcio Nordeste e afirmou que não irão aceitar sem lutar que haja aumentos ou dificuldades advindas dessa nova Reforma Tributária. Lembrou que o setor produtivo é quem paga a conta e é quem deveria dizer o que é melhor. O Presidente em Mesa, André Gadelha agradeceu, registrou a presença do deputado João Gonçalves e convidou o Presidente do Sindifisco, Wagner Lira. O senhor Wagner Lira parabeniza André Gadelha pela iniciativa do debate que é de grande interesse de todos no país, e principalmente para os municípios. Saúda o Senador que está a frente dessa batalha que visa equilibrar a vontade do governo de arrecadar e a vontade do setor produtivo de pagar menos impostos. Faz uma reconstituição histórica falando da constituição de 88 e da forma mais justa de distribuição entre os entes. Salientou que o ICMS sempre foi ameaçado pela União, que viu a oportunidade com essa Reforma Tributária de como CBS, que invade a seara dos estados e municípios, e que precisamos ter atenção para que não haja aumento da carga tributária para os menores. Discorreu sobre a arrecadação dos pequenos municípios, e questionou

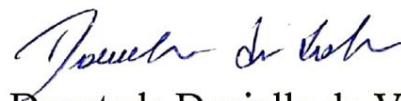
como duas instituições vão administrar o mesmo dinheiro com maestria? É preciso uma reforma mais completa e com modelo regressivo que justiça fiscal se faz com renda e não com impostos e tem que o conselho federativo invada a autonomia dos estados e municípios e ferir a independência dos entes interferindo nas arrecadações tributárias. Por fim, citou três pontos que segundo o orador ajudariam na adequação da reforma; sendo o crédito amplo, a uniformização de legislação, e o princípio do destino. Agradeceu e encerrou. Andre Gadelha então justifica a saída do Presidente Adriano Galdino que tem compromisso previamente agendado e em seguida passa a palavra para o Dr. Felipe Crisanto, da Comissão Nacional de Direito Tributário da OAB. Com a palavra, o Dr. Felipe Crisanto, após cumprimentar a todos, pede licença para quebrar o protocolo e fazer a leitura de um documento técnico sobre o Simples Nacional. Trouxe em seu documento dados e números de empresas registradas na Paraíba em 2022, que contabilizava 166 mil empresas sendo 91,1% delas usando o Simples Nacional. Proferiu que, nesse sentido é preciso um olhar mais criterioso sobre o assunto, visto que essas mudanças vão impactar diretamente esses contribuintes. Citou partes do texto da nova reforma onde há impeditivos para os pagantes do Simples Nacional a solicitação de crédito advindos do IBC ou IBS, mas o adquirente de serviços poderá solicitar esse mesmo crédito. Declarou que, a partir disso é preciso separar as empresas do Simples Nacional que vendem para a pessoa jurídica que estão no início ou meio da cadeia, das empresas que vendem para pessoa física, as empresas que estão no final da cadeia. Informou que é preciso um olhar holístico e verificar ou outros regimes para que as empresas do Simples não paguem mais impostos do que empresas inseridas em outros regimes, pois isso implicará diretamente na concorrência entre essas empresas. Findou sugerindo que as empresas do Simples que não optarem pelo regime híbrido e que vendem para pessoas físicas possam tomar crédito e possam abater do tributo devido. O Senador agradeceu, parabenizou pela explanação sobre o Simples Nacional e acolheu as sugestões que considerou pertinentes e importantes. Depois, usou da tribuna o Senhor Chico Nunes, Presidente do Farol de Desenvolvimento, que, na ocasião, cumprimentou à Mesa, demonstrou-se entusiasmado com a reforma, mesmo sabendo que ela não atenda 100% das necessidades e satisfação da sociedade brasileira, comentou sobre a composição do Farol



do Desenvolvimento, destacou algumas propostas do Farol à reforma tributária e informou que o documento foi entregue virtualmente. Ele reforçou que a preocupação da entidade era detectar os possíveis setores econômicos que irão sofrer com as consequências danosas ou benéficas do texto que venha ser aprovado. Por fim, o Senhor Chico entregou, em mãos, o documento ao Senador Efraim e afirmou que o Farol estaria sempre à disposição para novos debates e novas contribuições. Na sequência, falou o Senhor Tiago Liote, Advogado. Com a palavra, ele lembrou que a reforma já foi aprovada pela Câmara dos Deputados, disse que espera que a reforma não demande uma carga tributária maior, acostou-se à fala do Deputado André Gadelha acerca do princípio do destino do tributo, comentou que certas matérias aprovadas na reforma necessitará de uma regulamentação por meio de lei complementar e fez questionamentos sobre alguns critérios serem adotados pela reforma e sobre o destino e identificação dos impostos, no momento da arrecadação dos tributos. Por fim, o orador reforçou a necessidade de uma ampla discussão acerca desse tema, uma vez que essas incertezas e contrariedades poderiam incorrer os mesmos problemas existentes na competitividade e guerra fiscal. Enfim, agradeceu a oportunidade de poder contribuir um pouco para o debate. Logo após, Senhor Secretário, Deputado George Moraes, leu a justificada de ausência do presidente do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho. Na sequência, o Presidente concedeu a palavra ao Senhor Nivaldo Vilar, Presidente do CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas). Na tribuna, o orador da interligação da CDL com nove confederações nacionais e que ela tem feito um trabalho junto ao Senado junto ao Senador Efraim Filho, no debate à reforma tributária. Ele registrou ainda o dia do cliente, aquele que é o responsável por arrecadar boa quantidade de tributos no país e, em nome da CDL, ele registrou também os parabéns. Por fim, ele refutou algumas críticas à reforma, demonstrou confiança no trabalho do Senador e agradeceu oportunidade de poder contribuir com o debate. Falou em seguida o Senhor Mário Borba, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba. Após cumprimento de praxe, ele enalteceu o trabalho do Senador Efraim em favor do setor do agronegócio e da pecuária da Paraíba, apontou a preocupação dele com a mudança da alíquota da transformação do ICMS ao setor, defendeu que as bancadas do Nordeste se



unam em defesa da região e disse que espera que a próxima meta do Senador seja o levantamento da bandeira da reforma administrativa. Logo após, falou o Senhor André Pacelli, representando as Cooperativas de Crédito da Paraíba. Ele destacou o trabalho do Senador à frente da relatoria da reforma junto à CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), frisou a relevância do trabalho das grandes cooperativas ligadas ao setor do agronegócio, responsáveis pela balança comercial do Brasil, demonstrou apoio à reforma, mas com algumas ressalvas e concluiu afirmando estar confiante no trabalho do Senador para com, capacidade e articulação, retirar da reforma todo tipo de distorção acaso colocada ao texto e que impacta sobretudo a região do Nordeste. Concluiu o discurso agradecendo a oportunidade. Não havendo mais oradores inscritos, o Presidente usou da palavra para agradecer a todos e ao Senador Efraim, oportunidade em que ambos fizeram algumas ponderações acerca dos discursos e concluíram com as considerações finais e os encaminhamentos. *Por fim, o Presidente* deu por encerrada a presente Sessão. Lavrando a presente Ata, as redatoras Anny Elizabeth Maia Cavalcanti Furtado, Simone Patrícia B. de Macedo e Iayna Alves Rabay, Assistente Legislativo e Tiago Carvalho Farias, Assessor Técnico Legislativo, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pelo Presidente, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Sala das Comissões, João Pessoa, em 15 de setembro de 2023.

  
Deputada Danielle do Vale  
Presidente